

## Capítulo III

### Um Silêncio Inocente

***"A psicanálise restaura a idéia de que o homem é livre por sua fala e de que seu destino não se restringe a seu ser biológico."  
(Elisabeth Roudinesco)***

### 3.1 - Os segredos de família

*"É imperioso falar, o último recurso, e o mais sofisticado, diante do desejo que não se acalma nunca." (Tereza Pinheiro)*

Qual seria a importância de nos debruçarmos sobre a questão do mito familiar? O que nos traria em relação ao estudo do abuso sexual infantil? Depois da reflexão sobre o incesto parece-nos que a passagem para a questão do mito nos permite uma melhor compreensão do mundo simbólico. Na introdução do livro de Mullahy (1978), Fromm nos mostra esta travessia do mito pelas relações familiares:

"O mito do herói grego que assassinou o pai e desposou a mãe, sem qualquer conhecimento de que perpetrara parricídio e estava vivendo em relações incestuosas, pareceu provar a tese freudiana de que, estímulos incestuosos se encontram presentes em toda criança, de um modo velado e desfigurado; assim, o código secreto do mito poderia, pois, ser decifrado por um psicólogo." (Mullahy, 1978 :15-16).

Nossos estudos nos levaram a refletir sobre a presença dos mitos nas relações familiares. Os lugares ocupados pelos diversos membros de uma família, (assim como o próprio conceito de família), são produto de uma construção histórica e estão atrelados à importância da contribuição que a força mítica tem na determinação desses papéis sociais. Refletir sobre a diferença entre mito e realidade ou entre mito e história leva-nos a perceber que o mito está numa área intermediária, onde realidade e história se encontram com a fantasia. O mito surge como possibilidade de explicar as questões mais importantes da vida, por isso eles estão presentes em todas as famílias, ajudando os indivíduos a encontrarem o sentimento de pertinência. O mito significa um segredo inconsciente, que perpassa gerações e que permanece através da forma como as famílias o incorporam:

"Cada família funciona a partir de costumes transmitidos por seus antepassados e se acomoda a essas regras, que acabam por ter uma função organizadora. O mito dá sentido aos costumes, descreve os papéis identificados e os atributos reconhecidos, mostrando um consenso entre todos os protagonistas da família." (Ladvocat, 1994: 131).

Vilhena (1991) relaciona mito e família, nos ajudando a melhor compreender a importância do sentimento de pertinência para se integrar uma família:

"A crença em um mito familiar reforça o sentimento de pertinência a este grupo – mas, aqui, recusá-lo significa renunciar ao amor familiar. Com uma vida desprovida da possibilidade de fantasiar, os mitos familiares patogênicos são na verdade "pseudomitos", pois perderam sua característica estruturante e de simbolização das fantasias primitivas." (p.94).

Perrot (1987) analisa a construção da família através do exemplo da França do século XIX. No início da distinção entre público e privado, o privado teria se revalorizado a ponto de tornar-se sinônimo de felicidade, contrariando o projeto da Revolução Francesa de subverter a fronteira entre o público e o privado para construir um novo homem. Este ideal teria fracassado exatamente porque, "os hábitos revelaram-se mais fortes que as leis" (p.17).

Para a autora, o incesto, tal como o entendemos hoje, era prática corrente, mostrando que a tolerância sexual varia segundo os meios, os atos, as idades e os gêneros. A desigualdade entre homens e mulheres tornou-se mais forte, estando a virilidade associada às proezas fálicas, exercidas com muita liberdade sobre as mulheres e sobretudo sobre as crianças. A necessidade de proteção à infância não teria chegado ao âmbito público nessa primeira metade do século XIX, por um certo pudor

característico da época, que priorizava sempre a manutenção das aparências.

Ao longo do século XIX acompanhamos a construção do importante lugar da família, enquanto garantia da "moralidade natural", fundada no casamento monogâmico, por interesse. A associação de casamento com amor só teria acontecido a partir da segunda metade do século XIX. A mulher estaria encontrando seu destino na moralidade objetiva da família; e as crianças tornando-se ao mesmo tempo membros dessa família e indivíduos pertencentes a esta instituição social. É nesse contexto que as mulheres tornam-se o símbolo da fragilidade, que deve ser protegida do mundo exterior, identificado aí como o público, e ela se tornando o símbolo do privado: "Às mulheres só restava serem confinadas nos espaços privados por causa de sua fraqueza biológica, e o privado havia se mostrado, ele mesmo, frágil diante da politização e da transformação pública do processo revolucionário" (Hunt, 1987:51).

De maneira similar, historicamente identificadas ao universo do feminino e também pela necessidade concreta de proteção, as crianças devem ser protegidas no interior das casas, no privado, na família. Neste sentido, podemos entender como pode ser devastador que a casa, a família, mais precisamente o adulto, não possa proteger a criança, mas antes, a ameace.

Chegamos ao ponto que nos remete à reflexão sobre a fantasia que está presente quando trabalhamos com a noção de mito. O termo fantasia é definido por Laplanche e Pontalis (1991) como: "o roteiro imaginário em que o sujeito está presente e que representa, de modo mais ou menos deformado pelos processos defensivos, a realização de um desejo e, em última análise, de um desejo inconsciente" (p.169).

Em nosso percurso conceitual, a noção de desejo está implícita em todos os pressupostos aos quais estaremos referidos.<sup>17</sup> Assim, estaremos também nos remetendo ao postulado de Freud que afirma que o desejo não é desejo de objeto, ele é desejo da falta, e por isso no caso do incesto a desestruturação psíquica advém da suposta realização do desejo de objeto, que não deveria ser realizado. A criança precisa desejar e se manter na falta pois, se a filha gosta do pai, sua demanda é de ser reconhecida como filha e não como esposa, como acontece no caso do incesto entre pai e filha, quando o pai sai do lugar que lhe é devido, aquele da interdição sexual. Na concretude deste ato, pode acontecer uma devastação psíquica, quando são questionados os referenciais de identidade, já que a criança não sabe mais se é filha ou esposa.

Assim, as fantasias que se apresentam no incesto - e que não deveriam ser concretizadas - mesclam valores que também não deveriam ser alterados, pois do ponto de vista do mito, desde nossa pré-história de cidadãos ocidentais, esta interdição nos foi imposta, traduzindo-se no tabu do incesto.

Como ilustração, contaremos aqui um fragmento da história de Nina, nome fictício que demos a uma menina de 14 anos, que começou o atendimento psicoterápico em abril de 2001. Conhecemos a adolescente em uma instituição que tem como característica principal o fato de seus responsáveis conviverem com cerca de noventa crianças e adolescentes, em um modelo de assistência do tipo família substituta e com a participação de uma equipe multidisciplinar. O clima de confraternização e solidariedade ajuda a acolher as crianças e os adolescentes, por vezes infratores, dando mais possibilidade de integração na sociedade.

---

<sup>17</sup> Acreditamos que seria imprescindível nos remetermos a mais uma definição, de desejo, de Laplanche e Pontalis para continuarmos nossa reflexão: "Na concepção dinâmica freudiana, (o desejo é) um dos polos do conflito defensivo. O desejo inconsciente tende a realizar-se restabelecendo, segundo as leis do processo primário, os sinais ligados às primeiras vivências de satisfação. A psicanálise mostrou, no modelo do sonho, como o desejo se encontra nos sintomas sob a forma de compromisso" (1991:113).

Nina foi vítima de abuso sexual por alguém que dizia ser seu padrasto, se é que se pode chamar de padrasto a alguém que "compra" uma menina de 12 anos, a coloca para fazer trabalhos domésticos e a utiliza para satisfazer seus instintos sexuais. Mortos os pais, Nina ficou sob a responsabilidade de uma irmã mais velha, que a vendeu para o autor das agressões sexuais de que foi vítima.

Desde que chegou à instituição, dois anos antes de começarmos a atendê-la, ela apresentava um comportamento aparentemente adequado ao convívio social, mas ao longo de um ano de atendimento pudemos observar que Nina não correspondia à imagem que buscava aparentar. Suas falas sempre se referiam aos modelos de comportamento idealizados pelo grupo, onde ela sempre imaginava ocupar lugar de protagonista, nas ações emergenciais ou de solidariedade que envolvessem a instituição. Em terapia e para seus pares, Nina contava histórias de sua presença em lugares onde nunca estivera e vivia seus delírios megalomaniacos acreditando participar ativamente das decisões administrativas da instituição. Entre os outros adolescentes, esse comportamento não passava despercebido; gestos, apelidos e alusões referiam-se abertamente à sua inadequação.

A dimensão do estrago que os abusos sexuais causaram em Nina não pode ser medida, mas podemos supor que houve uma desestruturação de tal ordem que ela buscou a saída psicótica para fazer frente aos desconfortos psíquicos que encontrou. Foi através do delírio que ela tentou se organizar, buscando um novo ordenamento para seu universo trincado.

Não queremos discutir aqui a possibilidade de que Nina tivesse uma estrutura psicótica ou apenas se comportasse de forma delirante, pois esta não é uma análise de caso clínico. Mas gostaríamos ainda de considerar alguns aspectos que podem ajudar a nossa reflexão, pois, quando, em atendimento, ela se utilizava de profundos silêncios. Segundo Carneiro (1998), esta forma de comunicação em que falta a palavra pode indicar que o paciente acredita no poder de sua fantasia de estar dentro do analista. Ele aponta para a necessidade de lembrarmos que "a intensidade e a

constância deste procedimento sugerem a existência de elementos psicóticos necessitando elaboração" (p.64).

Em função das considerações anteriores, acreditamos poder indagar, se, como sugere Vilhena (1991), o mito está para a produção coletiva assim como a fantasia está para a produção individual? Acreditamos que a presença de fantasias no mito é indicativa da necessidade de preservação de valores fundamentais para o ser humano, sobretudo quando estas fantasias estão ligadas ao processo de socialização primária do sujeito. "Uma das funções da família é a de favorecer a transformação do mito em uma fantasia adequada ao indivíduo (como um eco), para que este possa se constituir como sujeito" (Vilhena, 1991:96).

E assim como a fantasia está para a constituição do sujeito, os segredos estão para a formação do grupo social. Como veremos, não existe sociedade elaborada sem segredos de alguma espécie. O grupo é delimitado pelos seus segredos, e este processo também tem efeitos sobre a estrutura interna deste grupo. O segredo é um obstáculo, uma barreira à introdução e ao controle do exterior. E é neste sentido que ele permite a intimidade, contribuindo para a individualização dos membros do grupo, que estarão sob a proteção do segredo.

Para Couetoux, o segredo possui ao menos 3 agentes: o primeiro é o emissor ou o emissário; o segundo é o receptor, ou seja, aquele que divide a confiança; e o terceiro é o destinatário, de quem o segredo é escondido, e, por conseqüência, o objeto visado na sua formulação. Nossa análise das relações familiares tangenciadas pelo segredo evidenciam a rede formada por ele, ou seja, o conjunto das relações que se constroem na difusão, na dissimulação e na divulgação da mensagem secreta. O mito familiar é a maneira como as famílias encontram para guardar seus segredos através das gerações. Nesta linha podemos começar a pensar sobre o lugar que a norma e a infração ocupam na organização familiar. Couetoux (1991) diz que a infração é secreta por definição e que se ela o deixa de ser, deixa também de fazer parte do que é ilícito:

"a infração reivindica a ascensão à normalidade, ela quer o reconhecimento da nova normalidade que deve substituir a antiga. É neste movimento que reside a ação subversiva do segredo; e a subversão não se realiza completamente, somente atingindo seu objetivo com o desaparecimento do segredo propriamente dito." (p.11).

Os segredos estão ligados aos limites que o grupo se impõe e que por sua vez também exige daqueles que foram excluídos do grupo. Desta forma, vamos nos aproximando dessa noção de limite, tão presente nos casos de transgressões das regras sociais e familiares. Coutinho (1994) nos diz com clareza que, pela ótica foucaultiana, os limites só aparecem no instante em que são transgredidos, como fica evidente quando tratamos da questão do abuso sexual infantil. E corroborando esta hipótese encontramos o pensamento de Vaz (1992), que mostra que o limite: "... não existe sem a transgressão e vice-versa: o limite não tem existência fora do que o atravessa e o nega, bem como a transgressão esgota todo o seu ser no instante em que franqueia o limite; o traço que ela cruza é todo o seu espaço" (pp.91-92).

O que tem o mito de transgeracional? E o que será que perpassa nossas reflexões e preocupações na transmissão e preservação da cultura? Qual será o papel desempenhado pelo segredo? O segredo traduz o fato de se esconder alguma coisa, mas o que será que precisamos esconder? Em princípio precisamos esconder o que é sujo, impuro ou o que temos medo de confessar. Em outros termos, o mundo dos segredos é o mundo das profundezas e dos esconderijos. Couetoux (1991) diz que:

"Buscar o segredo é entrar num buraco. E o que podemos enxergar aí depois que os olhos se habituaram? O adultério, o incesto, a corrupção e todas as práticas duvidosas (...). O segredo da vida privada esconde o sexo, o segredo médico esconde a morte, o segredo administrativo esconde a grosseria do Estado." (p.5).

Podemos dizer que a questão do segredo nos permite separar o bem e o mal ou a luz e a sombra. A palavra segredo nos transmite a idéia de secreto que, etimologicamente, remete à sagrado, delimitando um espaço, escondendo ou evidenciando as contradições sociais. Assim o segredo determina o que é proibido e o que é permitido, proibindo para permitir. Desta forma percebemos o processo através do qual ele se torna um agente normalizador da sociedade.

"O segredo participa da regulação social exercendo no seio dos grupos e da sociedade um papel normativo, no sentido de que ele constitui o inverso necessário ou a face escondida das normas formais. Ele organiza por baixo ou ao lado delas os contra-sistemas da infração, as normas do anormal ou do inconfessável, as regras dos jogos proibidos e das atividades discretas sobre as quais se apoia o funcionamento dos "meios" mais diversos (os da delinquência, das diversas marginalidades e corporativismos de toda espécie)." (Couetoux, 1991:6).

O funcionamento do segredo na vida social é essencialmente um fenômeno de comunicação social. E desta forma os segredos delimitam as fronteiras sociais. As funções de associação ou de normatização do segredo têm relações entre si que mudam, ao mesmo tempo que mudam também a posição e a atividade da estrutura social da qual ele faz parte.

Voltando à relação do abuso com o segredo enquanto forma de comunicação, vale lembrar que Faleiros (2000) afirma que a comunicação perversa é eminentemente uma anti-comunicação para a manutenção de um segredo. Ela nos apresenta o abuso sexual como uma forma de dominação sexual perversa, onde o dominado é induzido pelo autor das agressões a identificar-se com ele, passando também a sentir-se um dominador, uma vez que é ele que determina o que o dominado deve fazer e ser. Esta anti-comunicação caracteriza-se como um monólogo, que visa esconder, confundir, amedrontar e encobrir os não-ditos, os silêncios ou os subtendidos. Para Faleiros, neste tipo de dominação aparecem a mentira, as

duplas mensagens, o sarcasmo, o desprezo, a frieza e sobretudo a imposição do poder. Esta relação inclui um processo de sedução sutil que tende a anular a capacidade de avaliação da vítima.

"Esse tipo de violência sexual só pode ser como é: repetitiva, de longa duração, oculta, baixo o silêncio e a dominação da vítima e, em muitas situações, com a tolerância ou convivência da família e do meio ambiente, porque ocorre sob o domínio e o império do violentador." (Faleiros, 2000: 25).

Opressiva, a não-comunicação do agressor faz parte do trauma e interdita à criança não apenas as palavras, mas a possibilidade de polissemia, de ambigüidade, de múltiplos sentidos, enfim da função poética: "As palavras destinadas a ficarem enclausuradas, (...) tornando-se representações proibidas de fantasmática e, para retomar a expressão escolhida por Abraham e Torok, são, de alguma forma, 'palavras enterradas vivas'." (Pinheiro:76-77)<sup>18</sup>.

O enfoque de Abraham e Torok ([1987] -1995), autores que teorizaram sobre a identificação secreta com um outro – fantasma de incorporação – e o enterro intrapsíquico de uma vivência vergonhosa e indizível – a cripta. Para entendermos o conceito de cripta, é preciso recorrer aos conceitos de incorporação e introjeção, bem como precisar a distinção entre uma e outra.

Com o objetivo de esclarecer a distinção entre a incorporação e a introjeção<sup>19</sup>, Susana Pons (2002), relendo Abraham e Torok mostra que os autores estabelecem uma interessante analogia: a incorporação está para uma imagem fotográfica assim como a introjeção estaria para uma imagem

---

<sup>18</sup> Entendemos agressor da mesma maneira que Pinheiro e Ferenczi (Pinheiro, op.cit.): "é aquele que perturba a criança, seja por seu caráter imprevisível, que a criança não pode controlar; seja porque é alguém que nega a verdade do vivido da criança; seja ainda porque o adulto possui uma linguagem da paixão que irá invadir a linguagem da ternura, própria da criança" (p.37).

<sup>19</sup> Em "Doença do Luto e Fantasia do Cadáver Saboroso" (1987), Torok afirma que o conceito de "introjeção" - tal como formulado por Ferenczi em 1909 - "sofreu tantas variações de sentido que sua evocação já basta para despertar a legítima suspeita da confusão de idéias..." e propõe devolver ao mesmo "seu sentido inicial e preciso". (p. 219)

metafórica. Eles equiparam a introjeção ao processo de aprendizagem de uma língua e a incorporação, à compra de um dicionário. A introjeção é definida pelos autores como o processo de inclusão da libido inconsciente; não é um mecanismo de compensação, mas de crescimento e enriquecimento egóico. Torok enfatiza que não se trata de introjetar o objeto, mas “o conjunto das pulsões e de suas vicissitudes cujo objeto é o próprio contexto e mediador” (1995:222)<sup>20</sup>.

Susana Pons (2002) observa que por ocasião da incorporação, o sujeito trata de “engolir” o luto e suas conseqüências, instalando-se no seu interior o que poderíamos chamar de uma sepultura secreta e que os autores denominaram cripta<sup>21</sup>. Esta consistiria numa espécie de forna intrapsíquica onde repousaria “vivo, reconstruído, o correlato objetual da perda, enquanto pessoa completa, com sua própria tópica, bem como os momentos traumáticos – efetivos ou supostos – que haviam tornado a introjeção impraticável” (Abraham e Torok, 1995:249). Daí origina-se um universo fantasístico inconsciente que leva uma vida separada e oculta.

Assim como a introjeção, a inclusão corresponde a um processo. Esta noção é introduzida por Abraham e Torok a propósito do estudo da melancolia, que eclodiria diante da ameaça de desmoronamento da cripta. Na inclusão, o ego inteiro torna-se cripta, dissimulando o objeto do amor oculto.

---

<sup>20</sup> O processo de introjeção começa no momento imediatamente posterior ao nascimento, através das chamadas “experiências de boca vazia. Afirmam eles que “aprender a preencher com palavras o vazio da boca é um primeiro paradigma de introjeção” (p. 246). Na medida em que introjetar um desejo, uma dor, é fazê-los passar pela linguagem, a transformação do vazio oral original em relação de linguagem com a comunidade falante só pode ser operado com a ajuda de uma mãe que possua a linguagem. Essa transformação se dá quando a linguagem supre a ausência do objeto, *figurando* sua presença (p. 246).

<sup>21</sup> “Na tópica, a cripta corresponde a um lugar definido. Não é nem o Inconsciente dinâmico, nem o Ego da introjeção. Seria antes como um território encravado entre os dois, espécie de Inconsciente artificial, instalado no próprio seio do Ego. A existência de tal túmulo tem por efeito obturar as paredes semipermeáveis do Inconsciente dinâmico. Nada deve filtrar para o mundo exterior. É ao Ego que retorna a função de guardião de cemitério” (Abraham e Torok, op.cit., p.239).

Através do mito do pai primevo e da teoria da tribo primordial, vimos anteriormente, como se forma o sentimento de culpa nos personagens que compõem a cena de transgressão do tabu do incesto. Ferenczi diz que aquilo que os leigos acreditam que deveria surgir como revolta ou acusação acaba se tornando a atitude de submissão, na criança. É o sentimento de culpa do "adulto–autor" das agressões que obriga a criança a sentir-se culpada daquilo que ela nem conhece e nem sabe que é errado. Acontece um processo de identificação da criança com o autor da agressão que faz com que ela necessite preservar o adulto. A criança idealiza o adulto (inclusive, preservando-o) porque precisa dele para intermediar sua relação simbólica com o mundo. Assim, é mais fácil para a criança tornar-se culpada do que abrir mão do adulto idealizado: "A representação do agressor é "negativamente alucinada", e o que devia ser acusação, revolta, transgressão, contestação ao outro etc. torna-se submissão ou sintomas corporais." (Costa in Pinheiro, 1995:14).

Como a culpa também nos remete aos sintomas corporais, gostaríamos de trazer a reflexão para a questão das marcas deixadas no corpo pela violência doméstica, e em especial pelo abuso sexual infantil. Para Ferenczi<sup>22</sup>, o corpo guarda a lembrança do trauma e é através dele (o corpo) que os silêncios do paciente serão expressos nas sessões de análise. Pinheiro (1995) afirma que "a vivência corporal do trauma durante o processo analítico será a possibilidade da reconstrução, da integração do paciente com a sua própria história." (p.98).

Linda é como chamaremos uma adolescente de 15 anos, que também é atendida por nós na mesma instituição e que parece estar escolhendo uma outra maneira de lidar com o abuso sexual de que foi vítima na infância. Esses abusos deixaram marcas corporais significativas, pois em função deles, Linda contraiu o vírus da AIDS. Aparentemente suas questões mais sérias ficam centradas em sua dificuldade em tomar os remédios que impedem o desenvolvimento da doença. A jovem também oscila entre a magreza extrema e a gordura, formando regularmente uma "constipação

---

<sup>22</sup> Ferenczi, S (1990:37)

menstrual", o que se manifesta fisicamente como uma barriga de grávida. Ela precisa de cuidados especiais para fazer frente ao vírus do HIV e encontra todo o apoio necessário na instituição, mas encontra também, internamente, o desrespeito introjetado pelos maus-tratos infantis que dificultam seu tratamento.

Ela tem dificuldade em se cuidar, em se manter viva. Seus sintomas são coerentes com o transtorno do estresse pós-traumático, descrita por Leventhal (1998) e comuns nas vítimas de abuso sexual<sup>23</sup>. Os sintomas podem ser a perda de auto-estima, depressão, suicídio, distúrbios alimentares, comportamentos de risco, uso de drogas, gravidez na adolescência, dificuldades e problemas sexuais, prostituição, comportamentos criminosos – e até mesmo a reprodução do abuso sexual de crianças.

Ao chegar nesta instituição, Linda entrou em contato com a possibilidade de fazer escolhas, como por exemplo, escolher viver. Encontrou um ambiente acolhedor que valoriza seu potencial, permitindo que sua juventude aconteça sem os percalços que caracterizaram sua vida pregressa. Linda é muito graciosa, tem os trejeitos típicos de uma adolescente de sua idade e com facilidade desperta o interesse dos adolescentes da casa. Ela não tem dificuldade em estabelecer limites em suas relações amorosas, mantendo, inclusive, a excessiva fidelidade que caracteriza as adolescentes apaixonadas, nos dias de hoje.

---

<sup>23</sup> O DSM IV, de 1996, já substituído pelo CID 10 (tanto o DSM IV quanto o CID 10 são Manuais de Diagnóstico da Associação Psiquiátrica Americana), mas ainda referência sobre o TEPT, assim o descreve: "Para crianças, os eventos sexualmente traumáticos podem incluir experiências sexuais inadequadas em termos de desenvolvimento, sem violência ou danos físicos reais ou ameaçadores. O transtorno poder ser especialmente severo ou duradouro quando o estressor é de origem humana (por ex., tortura, estupro). A probabilidade do desenvolvimento deste transtorno pode crescer com aumento da intensidade e proximidade do estressor. O evento traumático pode ser revivido de várias maneiras. Geralmente, a pessoa tem recordações recorrentes e intrusivas do evento, ou sonhos aflitivos recorrentes, durante os quais o evento é reencenado. Em casos raros, a pessoa experimenta estados dissociativos que duram de alguns segundos a várias horas, ou mesmo dias, durante os quais os componentes do evento são revividos e a pessoa comporta-se como se o vivenciasse naquele instante. Intenso sofrimento psicológico ou reatividade fisiológica" (Caminha, 1998: 51).

Quando chegou à instituição, como consequência de uma vida desregrada, típica de quem viveu, inclusive, por alguns meses nas ruas, Linda mentia e roubava muito, era dissimulada e não conseguia confiar em ninguém. Aos poucos tem conseguido estabelecer vínculos afetivos que lhe garantem um lugar confortável junto aos companheiros e aos responsáveis pela instituição. Ela gosta de cozinhar e está sempre preparando quitutes especiais para todos que moram na instituição, sendo a responsável pela importante tarefa da elaboração dos bolos de aniversário de todos da casa. Haveria motivos para que Linda se sentisse diferenciada dos demais, mas nunca a percebemos como alguém que só se identificasse como vítima de abuso sexual ou apenas "aquela" portadora do vírus HIV.

Com tantas marcas, Linda, pelo contrário, encontra ambiente favorável para desenvolver seus talentos em aulas de música onde toca flauta, em aulas de dança ou se aprofundando nas artes cênicas através de aulas de teatro. O "holding" favorável que ela encontrou nesta "família substituta" que a amparou tem desempenhado um papel estruturante na sua formação; e, como veremos adiante, este é um importante fator de resiliência.

Linda deseja crescer e busca acreditar que através do investimento em seus estudos ela conseguirá se tornar uma pessoa respeitada. Seu corpo lhe impõe limites palpáveis, entretanto é ele também que lhe permite sonhar com um futuro melhor. E será através de seu corpo que poderá acontecer a passagem do pesadelo para o sonho:

"O símbolo corporal, que ascende à liberdade do mundo da palavra, permite ao paciente transportar-se do pesadelo, do qual ele parecia prisioneiro, para o mundo do sonho, ao qual ele tem direito de pertencer. Assim, o pesadelo traumático e o que Ferenczi chamou de transe do paciente nas sessões analíticas parecem intimamente ligados, sendo a expressão de uma mesma coisa." (Pinheiro, 1995:99).

A função do sonho é permitir que a vivência corporal do trauma durante o processo analítico reconcilie o paciente com sua história. O papel do

sonho vai ser o de resgatar a possibilidade de expressão verbal que é perdida na vivência do abuso; pois o sonho, "além da função de realização do desejo, teria outro papel, o de recuperar, através de sua vivência sensorial e corporal, os traços mnêmicos de uma fala que se calou" (Pinheiro,1995:98).

A transgressão é protegida pelo segredo e torna-se parte integrante dele. O segredo do incesto impede a verbalização dos fatos para evitar que se pense sobre eles. A palavra deve funcionar como veículo do simbólico; daí a necessidade do sujeito sair do simbólico gestual para o simbólico verbal que a linguagem nos permite. Uma das principais funções do adulto é introduzir a criança no universo do simbólico verbal, e é por isso que o sujeito (criança ou adolescente) abusado tende a se identificar com o autor das agressões, ou seja, aquele que lhe dá passagem ao mundo simbólico da linguagem. Além deste processo identificatório, o próprio sofrimento tende a submeter a criança à lei do silêncio. É necessário muita cautela quando a criança decide atravessar esse muro de silêncio e fazer uma revelação de abuso sexual, pois o segredo tem sempre um papel de destaque na vida psíquica da criança por um período bastante grande. Gabel (1997) afirma que:

"É por isso que a revelação pode significar, para a criança, um risco de violação. De qualquer modo, trata-se, além de um segredo, de seu sofrimento e de um trabalho interior do qual a revelação pode ser considerada como a realização." (p.93).

Em nossa prática clínica a questão do segredo ocupa um lugar prioritário. Tal como nas relações sociais, em nossa escuta clínica o segredo também seria um agente organizador dos vínculos e, no caso da criança abusada, o segredo é fornecedor de um espaço, no qual o curso ameaçado da vida de uma criança pode ficar intacto.

É fundamental que os segredos possam ser respeitados, pois assim eles vão se transformando num dos alicerces da relação terapêutica. Na medida

em que o paciente aprende a confiar mais em seu terapeuta, aumenta o espaço para os segredos e este lugar vai se consolidando como espaço do inconsciente; e o local da análise torna-se então um lugar onde se pode deixar em segredo um pedaço de si mesmo. Lugar dos segredos, daquilo que se esconde e daquilo que se quer buscar. É com a ajuda do analista que o paciente encontra a possibilidade de se livrar dos fantasmas que povoam os segredos e os interditos sociais.

A clínica, como lugar do exercício da linguagem (ou do silêncio) fica também como um dos espaços dos segredos familiares, da desmitificação ou da possibilidade de elaborar as fantasias que povoam os temas proibidos ou interditados, como é o caso das transgressões em geral, e dos temas ligados ao incesto ou ao abuso sexual infantil. Citando Winnicott, Masoud Khan diz que "o segredo contém em si a esperança que, um dia, a pessoa será capaz de emergir daí para ser encontrada, reencontrada e tornar-se assim uma pessoa à parte, inteira, que dividirá a sua vida com os outros." (sem data, p.6).

### 3.2 - O Silêncio da criança

*"Devemos supor que o silêncio é essencial e que a palavra nasce do silêncio como a vida do inorgânico, da morte. Se nossa vida aqui não é mais que uma passagem, nossa palavra não é mais que uma interrupção fugidia do silêncio eterno." (Theodor Reik)*

Freud (1917-1919) dizia que o silêncio, tal como a solidão e a escuridão, participa da formação da ansiedade infantil, e que os três são elementos dos quais a maioria dos seres humanos jamais se liberta inteiramente. Ele também sugere uma associação entre medo e silêncio, baseado no fato de que sabemos que tudo aquilo que não está presente nas nossas referências, que nos é estranho, pode nos causar medo.

Contudo, como diz Ferenczi (1909), "no mais profundo de nosso ser nós permanecemos crianças e permanecemos por toda a nossa vida. Arranhe o adulto e você encontrará a criança" (p.41). Temos medo do silêncio, e ele está vinculado à ausência da linguagem que nos remete ao vazio, à escuridão e à solidão. A criança que não fala do abuso, que está envolta neste pacto invisível e silencioso, que ainda não encontrou possibilidades internas e externas para denunciar, também está envolta no medo. Buscando explicação pela via freudiana, diríamos que, nas crianças, esses mesmos fatores são os que determinam mais freqüentemente a expressão de medo.

Khan (1963) refere-se ainda à função defensiva que o silêncio pode adquirir, tanto no processo terapêutico quanto como fuga ao conflito intrapsíquico (típico do adolescente). Isto nos ajuda a refletir também sobre a função que esse silêncio pode estar cumprindo quando a criança prefere se manter calada como uma forma inconsciente de se defender da violência do abuso sexual, tentando preservar-se psicologicamente.

Ele também vai distinguir silêncio de mudez, afirmando que o primeiro pode ser entendido como um estado neutro ou mesmo mais benigno do que a atitude beligerante, agressiva ou destrutiva, muitas vezes, presente numa possível mudez, que pode expressar um pacto invisível ou um muro de silêncio.

É preciso um esforço para podermos entender de que forma a transgressão do tabu do incesto se transforma no atual conceito de abuso sexual infantil, e conseqüentemente está envolvida neste pacto invisível e silencioso. Nem sempre houve esse clima de segredo em volta das práticas sexuais hoje consideradas incestuosas. O abuso sexual infantil fica situado no nível da transgressão do tabu, e como tal, sempre esteve presente na cultura. E Benghozi (1999) amplia a questão quando afirma que: “não é apenas o interdito segundo a lei social que é transgredido mas, ainda, o eixo simbólico do laço de filiação que é atacado no momento em que um pai abusa e perverte a autoridade parental legítima com práticas incestuosas” (edição eletrônica, sem paginação).

Em um mundo onde o privado é tão importante e onde ainda temos presente a necessidade de preservar os assuntos da família (e às vezes seus segredos mais torpes) entendemos a construção do muro do silêncio e a importância de suprimi-lo para ajudar a criança a se recompor.

O muro de silêncio, o pacto de silêncio ou o pacto invisível, como se queira denominar, é uma rede de fatores composta pela vergonha, pelo medo de abalar as alianças familiares e provocar a desestruturação da família, pressupondo rompimento de tabus e comprometendo a preservação do núcleo familiar. A criança teme entrar em contato com a ambigüidade presente entre o papel de proteção atribuído à família e a violência silenciosa que se estabelece, quando é violado o mais sagrado dos tabus, que é a interdição do incesto.

Quando uma criança revela uma situação de abuso, ela está rompendo com barreiras de silêncio, revelando segredos que faziam parte da sua relação doentia com alguém que a maltratava, mesmo que ela não tivesse

consciência da transgressão. Esta revelação pode ter forte carga traumática e as conseqüências que a criança pode enfrentar são as mais diversas, podendo freqüentemente ser a descrença ou o castigo. Sendo assim, muitas vezes ela prefere fingir esquecer o assunto, assumindo uma atitude de negação, quando não percebe a comunicação inconsciente do abuso. Buscando preservar sua sobrevivência psíquica, a criança se mantém no silêncio ou fica com uma das outras opções para lidar com o problema, como o apelo para a mentira, negando o fato, permanecendo em silêncio. Consciente das conseqüências dos fatos, ela pode ter medo de ser castigada, ou então, pela forte presença da culpa em função do possível prazer corporal/sexual experimentado, ela escolhe permanecer calada.

Gostaríamos de ilustrar esta ambivalência presente na negação e na culpa através do exemplo de Antônio. Este é o nome fictício de um adolescente de quinze anos, que também mora na instituição onde prestamos atendimento. Ele tem uma irmã gêmea, Antônia, e a mãe deles morreu de eclâmpsia. Eles foram criados por uma tia, até que o pai resolveu assumi-los, quando estavam com 9 anos de idade. Antônio nos fala do sentimento de horror que experimentou quando descobriu que seu pai abusava de sua irmã. Eles estavam morando com o pai e a madrasta, que tinha uma outra filha, de cinco anos, (de uma relação anterior) e teve ainda outra filha com seu pai.

Apesar das denúncias de abuso sexual que sua irmã gêmea fazia, nenhuma providência era tomada, pois a madrasta não acreditava na enteada. Aos poucos, o problema foi tomando maior proporção, e, quando os excessos do pai passaram a atingir a filha da madrasta, medidas mais eficazes foram tomadas. Temendo por sua filha, a madrasta mudou de postura e resolveu denunciar seu companheiro. Mudaram de endereço, fugiram do abusador, mas foram encontrados e tiveram necessidade de recorrer ao poder judiciário para fazer frente ao desejo sexual devastador desse homem. Antônio fica transtornado quando lembra que sua irmã foi molestada e ele nada pôde fazer para impedir.

Hoje seu pai está preso e perdeu o pátrio poder. Antônio fala de sua ambigüidade, pois ao mesmo tempo que se sente aliviado de não precisar mais se preocupar em proteger sua irmã, às vezes sente vontade de saber se seu pai está bem de saúde ou se tem outras necessidades. Ele imagina as restrições a que seu pai se encontra submetido na cadeia, por isso entra em contato com sentimentos de culpa. Prefere não pensar muito no pai "para não ficar maluco". A mola mestra que guia seu comportamento diante do pai é a lembrança de que sua irmã, com quem estabeleceu desde o nascimento uma relação simbiótica, foi abusada por este homem.

Antônio não consegue deixar claro, através de seus registros psíquicos se ele próprio sofreu abusos sexuais. Se houve abusos deste homem contra as filhas mulheres na casa onde este jovem morava, podemos inferir que, de alguma forma, ele viveu um clima de abuso sexual, mesmo que contra ele, especificamente, o pai possa não ter ousado se aproximar de forma explicitamente indevida. São lembranças infantis que o adolescente prefere acreditar que não vão voltar a interferir em sua vida mais do que já interferiram, portanto escolhe esfumaçá-las para poder melhor lidar com seu cotidiano. Antônio tem muita vergonha de sua história e nos diz que é muito difícil entrar em contato com os sentimentos que experimenta quando consegue falar sobre este assunto.

Percebemos como um agravante da situação, o fato de Antônio se mostrar muito ambíguo em relação a seus sentimentos, como já vimos anteriormente, quando ele nos diz que "às vezes, fica muito preocupado com seu pai". Alvarez (s.d.) corrobora nossa hipótese de que a ambigüidade dos sentimentos mostra também que nosso cliente não se sente identificado com a perversão de seu pai. Mas ele expressa esse carinho ambíguo mostrando-se preocupado, por exemplo, quando questiona como será comemorado dali a tantos dias o aniversário de seu pai, na cadeia:

"A situação fica extremamente complicada quando ainda existe um profundo amor pelo genitor que abusa. Temos que trabalhar com grande delicadeza nesses momentos para ajudar a criança a distinguir

amor de perversão sexual, e ambos da atitude de quase veneração em relação à sensualidade. O abuso crônico ou regular pode vir a permear toda a existência da criança de forma altamente complexa e de nenhum modo facilmente apagáveis, se é que o serão." (p.171).

"A vergonha é filha da culpa", como nos diz Daligand (1999: 218) e para a criança a possibilidade de experimentar prazer é aberta ao custo de seu desaparecimento como ser. A vergonha deixa marcas e esconde revelando, mas ela é também mais uma possibilidade de vínculo para a relação terapêutica.

Para Tisseron (1999), os segredos de família se originam de três fontes principais. Em primeiro lugar, um acontecimento pode tornar-se segredo quando se relaciona a uma transgressão à lei social. Em seguida, um evento pode ser escondido quando é acompanhado de um sentimento de vergonha, justificado ou não. Finalmente, eventos vividos pelos pais, e que suscitam extrema angústia aos filhos, podem tornar-se segredo. Essas situações correspondem ao que Tisseron designou como "não-ditos". O autor ressalta, entretanto, que essa diferença não impede que a criança sinta o "não-dito" como segredo e, geralmente, como um segredo vergonhoso. Os segredos deixam de ser estruturantes e passam a ser destrutivos quando deixamos de "guardá-los" para sermos "guardados" por ele (Pons, 2002).

Percebemos que a questão da vergonha está colocada de forma contundente no processo de tornar público aquilo que fazia parte do sofrimento íntimo e privado da criança. A valorização da intimidade e o processo de privatização do social pelo qual passa a sociedade brasileira a partir do século XIX, influenciaram no aspecto psíquico dos sujeitos, refletindo-se numa psicologização também da justiça. A vergonha está associada à necessidade de preservação da intimidade e assim entendemos melhor a tentativa da criança de não expor seus sentimentos, mesmo que para isto, ela precise deixar de colaborar com a busca da verdade.

"Esse movimento é bem ilustrado por Vigarello (1998), ao relatar o discurso de censura de um advogado de defesa aos pais da vítima de um estupro, por estes terem tornado pública a acusação: '*A vergonha de sua filha era secreta; só dependia dos senhores que continuasse sendo assim, mas os senhores a publicaram...*'.“ (Vilhena, 2001:8).

Benghozi (1999) ratifica esta posição quando traz a possibilidade de se guardar o incesto como segredo numa atitude de proteger a família. No exame de certo caso clínico, ele observa que:

“Até mesmo um clínico geral consultado havia sugerido a manutenção do silêncio, aconselhando a mãe a não denunciar à polícia o abuso, e a guardar o segredo familiar do incesto que parecia aí privilegiar o equilíbrio das relações, em detrimento da lei.” (Benghozi, 1999, edição eletrônica, sem paginação).

Quando Freud identificou sexualidade no comportamento do bebê, ele estava refletindo o tipo de leitura e organização social de sua época, que era permeada por uma grande repressão sexual. A sociedade organizada em função de um poder disciplinar tem na sexualidade sua função normatizante. A sexualidade infantil se insere no conjunto maior dos dispositivos da sexualidade e também, por esta razão, na nossa cultura o abuso desperta um sentimento de horror.

O profissional clínico, bem como outros que podem ajudar as vítimas do abuso, podem chegar a posições extremadas no trato com o problema. Num extremo pode estar a primeira atitude, a de compactuar com o silêncio familiar, negando a situação e buscando explicações para o acontecido fora do âmbito do abuso propriamente dito. Isso pode acontecer por ele não suportar o peso da questão ou por pura aversão ao tema. No outro extremo estaria a posição que legitima a estigmatização da criança, contribuindo para que ela se perceba somente como uma vítima do abuso sexual. Vítima ela é, certamente, mas deve poder se reconstruir para além de seu sofrimento. Na realidade, precisa haver manejo terapêutico para sentir o momento oportuno

de entrar em contato com as lembranças mais difíceis. Alvarez (s.d.) nos mostra a importância desse *holding* na reconstrução do sujeito: "A criança talvez precise começar a lembrar em condições toleráveis e seguras, ao mesmo tempo em que começa a esquecer um pouco, e a construir um aspecto não-abusado de sua personalidade" (p.169).

A terapia não é um processo de desculpabilização. Toda vítima se sente culpada, mesmo se queremos reservar esta culpa ao autor das agressões. No momento em que, por ventura, ela experimenta o "prazer" corporal durante o abuso, a vítima, com a fala suprimida, é remetida à falta fundamental: a recusa da palavra vital. Dessa forma ela coteja o pecado original. Expressar a culpa torna-se uma porta que se abre sobre aquilo que havia sido recusado e inaugura a entrada num trabalho pessoal. A terapia não é somente resultado do querer: "querer que a culpa ou a vergonha desapareçam, que os problemas se apaguem ou se atenuem, mas precisa transformar-se em desejo de vida, que é muito mais do que só querer" (Daligand, 1999:219).

Gostaríamos de lembrar que o pacto invisível - também causador de tantos traumas - não seria menos danoso pelo seu caráter difuso; muito pelo contrário, já que a dimensão de sua gravidade deve-se exatamente a sua invisibilidade. Essa característica é que o torna ainda mais abrangente e prejudicial.

Acreditando na possibilidade do trabalho analítico com pacientes infantis vítimas de abuso sexual, e em função da singularidade das posições ocupadas pelas idéias de Ferenczi (1933), gostaríamos de lembrar uma das suas principais contribuições: a possibilidade de se pensar a questão do abuso sexual como uma resposta do adulto com paixão a um pedido infantil de ternura, demonstrado no texto de 1933, intitulado "Confusão de línguas entre os adultos e a criança". Para este autor, como já vimos, a ternura é vista como anterior à sexualidade genital e o adulto, autor de agressões sexuais, não reconhece no pedido da criança uma linguagem desprovida de sexualidade genital; e entende aquela forma de expressão como uma forma de sedução da ordem do genital.

A importância da prevenção ao abuso sexual infantil significa evitar a violência e reconhecer o outro como sujeito da palavra, mais do que como somente objeto pulsional. Reforçando a idéia de que precisamos trabalhar na prevenção e na proteção das crianças e dos adolescentes sujeitos ao abuso sexual, gostaríamos de mencionar a contribuição de Furniss (1993) a respeito da necessidade do paciente transformar o segredo em privacidade. Este seria um dos principais objetivos terapêuticos quando tratamos de casos de abuso sexual:

"A criança ter permissão e ser capaz de nomear o abuso sexual como realidade, é a pré-condição necessária para formas concorrentes de terapia que reavaliam a experiência, a confusão, os sentimentos e fantasias sobre o abuso. A transformação do segredo em privacidade coloca problemas diferentes em níveis diferentes'." (p. 128).

A importância desta transformação está ligada à possibilidade de a criança, a partir de então, poder desenvolver uma autonomia pessoal. A terapia - enquanto asseguramento de um espaço externo para reflexão - garante também um espaço psicológico interno que lhe permite desenvolver a privacidade do Eu. Esta transformação do segredo em privacidade deve ser acompanhada de mudanças externas básicas, como, por exemplo a separação do autor dos abusos e a criança ou o adolescente.

A terapia para crianças vítimas de abuso sexual é na realidade um convite a fazer a vítima falar e romper com o silêncio. Não deve ser simplesmente uma forma de pressioná-la a contar de novo seus problemas, o que seria somente uma reativação do trauma, sobretudo porque seria reduzir a palavra ao nada, a um discurso vazio. Descrever aquilo que a criança não consegue exprimir é falar sem dizer nada. Alvarez (s.d.) traz uma importante contribuição para a questão relativa ao lembrar ou esquecer do episódio do abuso durante o atendimento das crianças vítimas de abuso:

"As implicações para a pergunta sobre como a criança abusada pode ser ajudada a aprender a conviver com o abuso que sofreu podem ser as de que o "lembrar" talvez envolva um milhão de minúsculas integrações, cada uma delas ocorrendo em condições que também permitam que outros aspectos do abuso, outras integrações, sejam esquecidos." (p.163).

Para Daligand (1999) "terapia não pode ser simplesmente um processo de 'desdramatização'." (p.218). O drama que domina a relação vida e morte no aniquilamento do prazer merece atenção especial pois ela expressa o conflito fundamental com o qual o homem se defronta. Mas este jogo dramático acontece de acordo com a necessidade de receber interpretação e que dará sentido à história do sujeito. Então, constatamos que a terapia não deve estar associada ao esquecimento e nem à suavização das lembranças, mas à elaboração da memória.

O terapeuta que atende crianças vítimas de abuso sexual precisa ter uma postura cuidadosa quando se depara com a necessidade de fazer falar o sofrimento, mesmo que seja com o intuito de aliviar a dor. Alvarez (s.d.) trata com muita propriedade desta questão, apontando para os perigos que podem incorrer neste tipo de interpretação: "Não quero dizer que os terapeutas devam fazer conluíus com tentativas de negar o que aconteceu, mas sim que eles devem tentar discriminar as tentativas de superar das tentativas de negar. Isso é mais fácil falar do que fazer" (p.169).

A resposta terapêutica deve se portar como um "chamado permanente". Ela não pode se desesperar e deve se manter o mais paciente possível. Somente a paciência recria a dimensão relacional do tempo e do espaço. Ela se abre para o tempo do desejo e para o espaço da palavra entre os seres humanos. E só assim ela se torna o antídoto para a violência.

Entrar em terapia é deixar a lei atuar, pois ela deve ocupar o lugar da lei. Traduz-se como um chamado à vida, permitindo à vítima não se confundir com o agressor, mesmo durante a repetição dos relatos ou das eventuais rememorações da agressão. A terapia é uma volta ao mundo dos homens, é um retorno à vida pelas palavras. Alvarez (s.d.) aponta o lugar da terapia

como representação para a criança da possibilidade de ela elaborar o trauma:

"Quando o movimento para longe da experiência original deveria ser tratado como uma perigosa evasão (que freqüentemente é) e quando deveria ser respeitado como uma tentativa de explorar a experiência num contexto mais seguro, mais tolerável? " (p. 164).

Em função da importância que o segredo ocupa junto à questão do abuso sexual, acreditamos ser interessante uma reflexão sobre o indispensável silêncio presente no *setting* psicanalítico. É fundamental estarmos atentos para o fato de que este é um silêncio de ordem distinta, mas está referido a uma mesma necessidade de proteção. O silêncio ao qual somos remetidos, enquanto profissionais da escuta, sobretudo do sofrimento de nossos clientes, precisa estar ancorado na importância que esta forma de linguagem expressa. Como diz Khan (1963), o silêncio é "o idioma principal" de expressão e comunicação dos conflitos intrapsíquicos.

Da mesma forma podemos imaginar que as crianças também podem estar expressando seus sofrimentos quando protagonizam o pacto invisível. Ainda segundo o mesmo autor, na situação analítica, o silêncio e a não-verbalização podem ser o veículo de comunicação de um estado de espírito ou de uma afetividade arcaica que as funções de um ego adulto encontrariam dificuldade para expressar. Um trabalho promissor do analista seria o de encorajar o paciente a não temer, mas tampouco valorizar o seu silêncio.

A palavra é troca de vida entre os seres humanos. É ela que permite a expressão do pedido daquilo que falta fundamentalmente a cada um e que desejamos alcançar. O tratamento deve permitir à criança vítima de abuso sexual sair da confusão e entrar na alteridade pela falta estruturante do objeto de seu desejo.

Entrar num processo terapêutico deve ser visto como uma experiência ou uma possibilidade, para a vítima, de sair da confusão. A vítima (criança ou

adolescente) deve ser percebida como alguém que pode sentir e ouvir, como qualquer outro ser falante. Desta maneira vivenciar a cena da revelação torna-se lugar de reconhecimento de sua alteridade.

A revelação é o momento em que a criança conta para uma pessoa de sua confiança a situação de abuso pela qual passou, seja ela a professora na escola, um amigo da família ou a própria mãe. Chama-se de “Entrevista de Revelação”, a reunião de caráter oficial, que pode envolver profissionais de várias áreas diferentes que prestam assistência àqueles que sofrem abuso sexual. A vítima relata ao(s) profissional(ais), em cuja presença deve se sentir suficientemente segura, a realidade secreta do abuso sexual. A pessoa de confiança é a mais importante para a criança em todo o processo da revelação. Aquela que é assim chamada pode ser um especialista para esta criança, mas não precisa ser necessariamente um especialista em abuso sexual.

Há uma necessidade de trabalho conjunto dessas equipes multidisciplinares. Mesmo que esta pessoa de confiança seja um profissional pouco qualificado, ele deve ser mantido próximo à criança durante todo o processo de revelação. A pessoa de confiança deve ser ajudada pelos profissionais em abuso sexual para ajudar a se chegar na confirmação da situação. Enfim, a pessoa de confiança é a especialista nessa criança em particular e os outros profissionais são especialistas em abuso sexual.

A entrevista de revelação deve ser precedida de muitas sessões livres, onde o desenho e o brincar são essenciais para o diagnóstico. É importante que a criança possa estabelecer um vínculo pessoal com o entrevistador, mesmo que este não seja a pessoa de confiança, daí a necessidade desta pessoa escolhida pela criança estar presente.

As sugestões de que uma situação traumática ocorreu precisam vir da criança e não serem colocadas em sua cabeça. Sabemos bem que uma criança pode facilmente nos dizer aquilo que ela pensa que queremos ouvir. Isso pode acontecer independentemente de fazermos ou não perguntas

neutras. O terapeuta deve cuidar para não atropelar ou arrancar os sofridos segredos que a criança tem guardado.

Para Bouvier (1999) nas entrevistas de revelação é aconselhável a presença do psicólogo e do assistente social.<sup>24</sup> Mas é absolutamente recomendável a presença da pessoa de confiança da criança. Eventualmente é aconselhável o uso de uma sala de espelho para evitar que todos aqueles que devem estar presentes inibam a criança. Esta entrevista também pode ser filmada, sobretudo quando servirá de evidência para casos de custódia.

Quanto à presença da mãe, deve ser considerada de acordo com cada caso, pois ela tanto pode ser a pessoa de confiança quanto pelo contrário, ser inibidora da criança.<sup>25</sup> Por se sentir muito desconfortável, ela pode transmitir mensagens inconscientes para que a criança não revele nada. Assim, pode-se optar para que a mãe permaneça atrás do espelho, pois o segredo familiar pode ser quebrado quando a própria mãe escuta a revelação da criança. Essa situação pressupõe a presença de profissionais que possam dar suporte à mãe.

Mãe e filho(a) devem ser colocados juntos após a revelação. Os fatos que a criança recém revelou devem ser contados novamente para a mãe, abertamente, na frente da criança. Essa entrevista de encaminhamento ajuda às mães a aceitarem os fatos do abuso e o abuso como um fato. Ela dá à criança a permissão para falar sobre o abuso às suas mães e ajuda às mães a se tornarem protetoras em relação à criança durante o difícil momento da revelação (Furniss, 1993).

---

<sup>24</sup> Procurando adaptar esta recomendação para o caso do Brasil, parece-nos aconselhável a presença do conselheiro tutelar, como fica evidente na recomendação do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA. Com tais recomendações, não ignoramos a escassez de serviços especializados neste tipo de agravo e nem o fato de que os vários profissionais que atendem estes casos podem não estar devidamente capacitados para fazê-lo.

<sup>25</sup> Supomos aqui que, como na maior parte dos casos, a mãe não seja a agressora ou co-agressora. Entretanto constatamos que os abusos podem ser perpetrados por mulheres, como nos mostra Saradjian e Mignot, (1999) em seu texto "Abus Sexuels commis par des femmes": "Deve-se à associação de amor materno e cuidados com a excitação sexual. Esta erotização precoce e excessiva dos cuidados traz uma disfunção emocional e uma confusão, na criança, entre norma sexual e identidade sexual." (p.79).

Lembremos que os irmãos sempre estão envolvidos, quer seja pela desestruturação familiar, quer seja por também fazerem parte do pacto do silêncio; ou porque podem também ter sofrido abusos sexuais e devem ter a devida atenção ao longo do processo.

O abusador deve ser confrontado com um profissional antes de se encontrar com a criança ou com a mãe. A acusação ao abusador deve ser feita por um profissional em seu próprio nome e nunca atribuir a responsabilidade à criança pela acusação, evitando, assim, que esta seja

“forçada a uma situação sem saída entre sua lealdade aos pais e o desejo de revelar (...) Quando os profissionais confrontam o abusador em seu próprio nome, a criança não pode ser triangulada, e o abusador precisa lidar com o profissional como a pessoa que faz a alegação. É muito mais difícil, então transformar a criança em bode expiatório.” (Furniss: 200).

A revelação pode dar à vítima o sentimento de domínio da situação e lhe permitir assumir um papel ativo. A criança vítima de abuso sexual pode sair de seu isolamento através das pessoas de confiança que a cercam ou pelos profissionais que podem ser postos a sua disposição. O prognóstico depende do encaminhamento da revelação, sobretudo se acreditaram ou não na criança. A revelação é determinante de todo o desenrolar posterior, tanto nos plano médico, social, educativo, judiciário como também no psicológico.

Costa, no prefácio de Pinheiro (1995) mostra que as características daqueles que foram traumatizados, por exemplo, por uma situação de abuso sexual foram muito bem nomeados por Ferenczi:

"A plausibilidade do que começou a enunciar, revelou-se enriquecedora da compreensão que temos dos que foram ou são traumatizados. O medo; a ansiedade; a tristeza; a desconfiança quanto à intenção do outro; a obrigação de ser querido; o esforço de adivinhar o que

o outro quer; a perene incerteza quanto ao amor de quem importa etc., tão presente em certos quadros depressivos, fóbicos, obsessivos ou, mais simples e verdadeiramente, em tantos de nós ou como nós, mostram sua sensibilidade para nossa condição de desamparo radical e inelutável." (p.16-17).

Reik (1926) corrobora a hipótese de que a questão do silêncio é muito significativa quando confirma a necessidade de nossa escuta silenciosa ao dizer que "o silêncio do analista parece marcar que se começa a olhar o outro e a si próprio de maneira mais calma e menos imediata" (p.17). É no silêncio do analista que repousa a possibilidade do analisando deixar aflorar seu inconsciente; e, para Thomas (1989) é necessária essa parada da palavra para surgir a formação do inconsciente já que "o silêncio é o efeito de uma palavra em espera" (p.73). Sendo a verbalização uma função do ego através da qual acontece o processo de apropriação do conteúdo inconsciente, é importante que os analistas possam suportar o silêncio, para que a verbalização consiga absorver o pensamento inconsciente.

Esse olhar que se espera da situação analítica propicia a entrada no processo terapêutico, que por sua vez acontece pela quebra do silêncio interior, quando o paciente passa a poder compartilhar com o analista suas experiências, suas emoções e seus pensamentos, mesmo que de forma não-verbalizada. Da mesma maneira, quando há uma situação de abuso sexual infantil, a criança só pode romper com o pacto monstruoso que a aprisiona se ela puder encontrar alguém com quem possa estabelecer um outro tipo de cumplicidade. Essa outra pessoa, um adulto confiável e eventualmente seu terapeuta, lhe permite compartilhar seus conflitos, mesmo que no início isto aconteça de forma silenciosa, até que um vínculo mais sólido sirva de base para confidências mais íntimas e até plenamente verbais.

Se a violência pode levar ao tratamento, por sua vez o tratamento não acontece sem algum tipo de violência. O terapeuta deve estar atento para não exercer mais violência ao querer curar.

"Toda idéia de cura pressupõe um desejo de identificação do paciente com um modelo ideal, ou seja, aquele da 'cura total', concebido pelo imaginário

daquele que trata. Seria forçar a cura num modelo ideal pré-fabricado. A vítima torna-se objeto do ideal de ego daquele que trata e não sujeito da palavra." (Dalgand, 1999: 223).

O tratamento deve pressupor a possibilidade de não ser aceito. O terapeuta não pode ter uma postura autoritária sobre a vítima, ou seja, querer pela vítima. Como nos diz Ferenczi (1930), tratar a vítima precisa ser sinônimo de "sentir com" ela, e só assim ter condições de estabelecer uma relação que leve à cura. Não pode haver imposição, mas proposta de cura.

Aceitar o tratamento é romper com o silêncio aniquilador, recuperado através das palavras. O local da análise deve ser sentido como um lugar onde se pode deixar em segredo um pedaço de si mesma. A ruptura com o silêncio é difícil, dolorosa, e para cada um, tanto para aquele que cuida como para aquele que é cuidado, torna-se objeto de resistência. Tratar não é só fazer curativos cicatrizantes sobre as feridas, ou acalmar os gritos, mas é sobretudo encontrar a voz humana, e restabelecer o vínculo do ser que fala e se expressa desde sua origem.

Concluindo, gostaríamos de frisar a importância da reflexão sobre o silêncio lembrando as considerações de Reik (1926) ao afirmar que seria "bem mais importante detectar o que o discurso esconde e o que o silêncio revela" (p.20).